

O PATRIMÔNIO DA UNIVERSIDADE

Sem um patrimônio mínimo não se pode falar em qualidade de ensino, pesquisa, ou mesmo prestação de serviços. O patrimônio da universidade, é freqüentemente entendido como o conjunto de "bens": imóveis, livros, periódicos, veículos, equipamentos, tanto os de uso burocrático-administrativo como os laboratoriais. Estes, entretanto, são bens efêmeros. Um computador, por exemplo, por mais moderno que seja, estará obsoleto em 5 anos. Na realidade, dos "bens" listados, poucos são os que não estarão superados, anacrônicos, em dez anos.

As considerações feitas sobre patrimônio universitário freqüentemente excluem seu único bem mais duradouro: as pessoas. Talvez seja por isso que, muitos edifícios considerados "módulos padrão", onde estas pessoas trabalham no seu cotidiano, tenham condições bem inferiores às dos ambientes climatizados onde funcionam as máquinas.

Dada esta orientação, nunca é demais enfatizar a importância do contingente científico-técnico que milita na universidade, e que determina, em última instância, a qualidade da pesquisa e dos serviços prestados à comunidade, além, é claro, de ter um papel essencial nas questões de ensino. A qualidade do ensino, entretanto, depende inextrin-

cavelmente da diligência e qualidade do trabalho dos alunos.

Considerando as pessoas que constituem o patrimônio maior desta Universidade, o contingente técnico-científico é o investimento de mais longa maturação. Para formar um pesquisador (doutor) são gastos cerca de 13 anos em atividades de graduação e pós-graduação. Os 8 a 9 anos de pós-graduação são passados à mingua, com bolsas cujo valor irrisório "prepara" também o futuro docente para uma vida frugal. De fato, os salários de hoje correspondem a cerca de 40% do pico salarial de março/75 e já não permitem morar, pagar escola de filhos, ter um carro menos velho. Está, gradativamente, se tornando mais difícil manter-se na parte baixa da classe-média.

A política atual está corroendo o patrimônio maior da universidade: seu corpo técnico-científico. A dedicação exclusiva está se tornando inviável. Os mais afortunados estão se afastando da universidade para empregos com salários substancialmente mais altos. Os menos bafejados procuram assessorias, bicos, enfim atividades que lhes permitam suplementar o minguido orçamento. Este patrimônio que se esvai quando será recomposto? Daqui a treze anos?. No próximo milênio?!

ASSEMBLÉIA GERAL

HOJE - 24/03 - 4ª FEIRA

SALA CB 10 - 12:30 H

PAUTA:

CAMPANHA SALARIAL

AGENDA

25 a 28/03

X Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento. Local: Cetesb-SP.

25/03 - 5ª feira - 15:00 h

Reunião do Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento. Local: Sede do Sind. dos Engenheiros-SP.

25/03 - 5ª feira - 16:30 h

Reunião da Comissão de Sindicalização. Local: Sede da Adunicamp.

26/03 - 6ª feira - 10:00 h

Reunião do Fórum das Seis Entidades. Local: Sede da Adusp.

31/03 - 4ª feira - 15:00 h

Reunião para formulação de sugestão de pauta ao II Seminário "Diretrizes de Ação para o Meio Ambiente no Brasil". Local: Sede da Adunicamp.

31/03 e 01/04

Reunião da Andes/SN - Setor das Instituições de Ensino Superior Estaduais. Local: Sede da Adunesp-SP.

OS "ECOS" DA ECO-92

Passada a "ressaca" da Conferência parece que fica "urgente" refletirmos sobre o que ocorreu durante a Conferência e mesmo e, talvez mais importante, fazermos uma análise crítica deste processo, que na verdade não se inicia em junho de 1992 e muito menos termina naquele inverno.

De qualquer forma para nós ambientalistas a Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento foi um marco.

Primeiro e principalmente porque acabou propiciando um ponto de encontro de vários atores sociais. Setores que não estavam ligados a questão ambiental acabaram percebendo que se não entrassem "nessa" perderiam o "bonde da história". Então por exemplo, o movimento sindical se organizou, outros setores profissionais, como advogados, deram respostas concretas, o movimento de mulheres demonstrou incrível capacidade organizacional durante o Evento Paralelo.

Houve claramente um movimento de aglutinação de diferentes atores sociais e a ECO-92 não foi a única razão disso, mas sem dúvida, agiu como catalizador desse processo.

No caso brasileiro, a discussão dos ecologistas centrou-se na realização da Conferência e pelo fato do Brasil ser o país sede houve uma corrida no sentido de buscar a participação de entidades brasileiras na organização como forma de legitimidade.

Então do ponto de vista da sociedade civil houve vantagens significativas.

Todos esses encontros nacionais de entidades ambientalistas sempre foram muito frágeis, nunca resultaram em saltos orgânicos ou numa definição de uma plataforma concreta.

O fórum das organizações não governamentais foi a primeira organização que se manteve ao longo do tempo, com perspectivas de continuidade e com um horizonte razoavelmente distante que era junho de 1992 e funcionou obviamente com seus problemas, mas com centenas de atores que participaram e isso necessariamente trouxe um salto organizativo.

O grande marco passou a ser 92 e a partir daí vários acontecimentos podem ocorrer. Se formos pensar em tendências se a questão ambiental veio para ficar ou não, não tem mais volta, cada vez mais será um parâmetro de planejamento das linhas econômicas gerais e neste sentido deverá haver também um crescimento dos órgãos governamentais voltados para área ambiental. Deverá haver a continuação da pressão externa para a resolução dos problemas ambientais nacionais, o que pode acabar delinean-

do novas alianças entre os ecologistas dos países centrais e dos países periféricos.

Pode-se argumentar portanto, que provavelmente um dos aspectos mais relevantes da emergência de ações sociais provenientes da questão ecológica tem sido o de cristalizar o significado da cidadania, não só em termos de conquistas institucionais, mas sobretudo, na constituição de uma identidade que gradualmente vai quebrando a consciência fragmentária que nos foi imposta pelo regime autoritário e pela situação subalterna dos atores sociais.

No que diz respeito a avaliação do Fórum Global e da própria Conferência Oficial, o aspecto mais positivo é sem sombra de dúvida, a percepção do aumento do número de pessoas envolvidas com a problemática, no sentido, que estes atores sociais e políticos serão fundamentais a médio prazo para as possibilidades de se enfrentar a questão do desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

Por fim cabe lembrar o papel da comunidade acadêmica neste processo. Os vários e graves problemas socioambientais globais e particularmente os enfrentados pelos países periféricos requerem a urgente tarefa de formação de quadros capazes de responderem a todos esses problemas.

O caráter holístico da questão ecológica requer profissionais formados em diferentes áreas disciplinares, não só os profissionais das áreas biológicas e exatas, mas também a formação de cientistas sociais (sociólogos, políticos, antropólogos, demógrafos) com especialidade em meio ambiente são absolutamente necessários.

Obviamente acredito mais na qualidade do que na quantidade e portanto, a formação de uma massa crítica, assim como o rigor teórico-metodológico de nossas pesquisas podem auxiliar este processo tão complexo.

E embora não haja muita razão para otimismo ingênuo e as soluções messiânicas estejam fadadas ao fracasso, resta a esperança que a democracia se consolide entre nós e portanto, o papel das Entidades que representam os docentes e funcionários das Universidades é extremamente importante.

Incentivando e propiciando a formação de grupos progressivos (enquanto multiplicador) pode influenciar e auxiliar a pressão para implementação da Carta da Terra como visa a Agenda 21.

Novembro - 1992

LEILA DA COSTA FERREIRA - doutora em Ciências Sociais e Professora do Departamento de Sociologia do IFCH/UNICAMP.